

Leonardo Namba Fadil

TERCEIRO SETOR

Legislação, Jurisprudência e Boas Práticas

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Prefácio	XI
1 Introdução	1
1.1 O que é o Terceiro Setor?	1
1.2 Organizações Não Governamentais	7
1.3 Natureza das transferências ao Terceiro Setor	9
1.4 Terceirização de políticas públicas	11
1.5 Contratos Administrativos com o Terceiro Setor	14
1.6 Serviços Sociais Autônomos	15
1.7 Entidades de Apoio.....	21
2 Convênios	25
2.1 Conceito	25
2.2 Fundamento legal, regime legal e hipóteses de cabimento.....	26
2.3 Formalização.....	27
2.3.1 Procedimento na União	29
2.3.2 Estados e Municípios.....	31
1.4 Questões práticas	32
2.4.1 Planejamento do convênio	32
2.4.2 Plano de Trabalho	33
2.4.3 Custos	35
2.4.4 Movimentações de recursos	40
2.4.5 Contrapartidas	41
2.4.6 Sobre as contratações feitas pela conveniada	41
2.4.7 Responsabilidade por débitos trabalhistas	44
2.4.8 Alterações no convênio	47
2.4.9 Prorrogação do convênio	47
2.4.10 Bens remanescentes	49
2.4.11 Gestão e Fiscalização	50

2.4.12 Nulidades no convênio	51
2.4.13 Término do convênio	52
2.4.14 Intervenção.....	53
2.4.15 Responsabilidade da conveniada	54
3 Organizações Sociais e Contratos de Gestão	59
3.1 Conceito e características	59
3.2 Fundamento legal e hipóteses de cabimento	62
3.3 Qualificação.....	63
3.4 Formalização	67
3.4.1 Procedimento na União	67
3.4.2 Procedimento nos demais entes.....	69
3.4.3. Contrato de Gestão	70
3.5 Questões práticas	71
3.5.1 Planejamento.....	71
3.5.2 Custos	73
3.5.3 Movimentação de recursos.....	76
3.5.4 Cessão de bens e servidores	77
3.5.5 Contratações da OS	79
3.5.6 Responsabilidade por débitos trabalhistas	81
3.5.7 Alterações	82
3.5.8 Prorrogação do contrato de gestão	83
3.5.9 Bens remanescentes	84
3.5.10 Gestão e Fiscalização	85
3.5.11 Nulidades.....	86
3.5.12 Término	87
3.5.13 Ocupação Temporária	88
3.5.14 Responsabilidade	90
4 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Termos de Parceria.....	93
4.1 Conceito e Características	93
4.2 Fundamento legal e hipóteses de cabimento	95
4.3 Qualificação	97

4.4 Procedimento de qualificação	99
4.5 Formalização.....	100
4.5.1 Concurso de Projetos.....	100
4.5.2 Termo de Parceria	104
4.6 Questões práticas	105
4.6.1 Custos	105
4.6.2 Movimentação de recursos.....	107
4.6.3 Contratações da OSCIP	108
4.6.4 Responsabilidade por débitos trabalhistas	108
4.6.5 Prorrogação.....	110
4.6.6 Gestão e Fiscalização	111
4.6.7 Término.....	112
4.6.8 Responsabilidade	113
5 Organizações da Sociedade Civil e a Lei nº 13.019/14.....	115
5.1 Conceitos e características.....	115
5.2 Fundamento legal e hipóteses de cabimento	118
5.3 Formalização.....	121
5.3.1 Chamamento Público	121
5.3.2 Parceria direta.....	125
5.3.3 Termo de Colaboração, Termo de Fomento e Acordo de Cooperação	127
5.4 Questões práticas	129
5.4.1 Plano de Trabalho	129
5.4.2 Custos	131
5.4.3 Movimentação financeira	132
5.4.4 Procedimento de Manifestação de Interesse Social - PMI.....	133
5.4.5 Contrapartidas	134
5.4.6 Contratações da OSC.....	135
5.4.7 Responsabilidade trabalhista.....	136
5.4.8 Alterações.....	137
5.4.9 Vigência e prorrogações	138
5.4.10 Bens remanescentes	139

5.4.11 Gestão e Fiscalização	141
5.4.11.1 Órgãos envolvidos	141
5.4.11.2 Fiscalização, monitoramento e avaliação	143
5.4.11.3 Prestação de Contas	144
5.4.12 Transparência	148
5.4.13 Credenciamento para parceria direta	148
5.4.14 Nulidades	150
5.4.15 Término da parceria	151
5.4.16 Responsabilidade da conveniada	152
6 Pontos de convergência e divergência nas parcerias com o	
Terceiro Setor	155
6.1 Visão geral	155
6.2 Parcerias com o Terceiro Setor na Saúde	157
6.3 Cômputo das despesas com pessoal no teto de gastos da	
Administração Pública	163
7 Outros temas pertinentes	167
7.1 Utilidade Pública	167
7.2 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência	
Social - CEBAS	168
7.3 Parcerias para fomento cultural	171
7.4 Subvenções sociais, contribuições e auxílios	173
7.5 Parcerias no Esporte	176
Referências Bibliográficas	179